



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 957, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000005082-8,

RESOLVE:

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2022, nos termos do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.969.716,66	24.276.294,17	37.624.691,09	26.330.455,88	34.289.906,65	24.553.168,87	24.344.368,28	24.182.288,96	24.489.525,72	24.806.228,90	24.672.115,64	24.521.855,49	318.060.616,31	30.511.564,46
Pessoal Ativo	19.107.265,57	19.227.834,36	29.985.776,25	21.336.377,03	26.720.800,59	19.463.837,74	19.276.667,59	19.141.885,98	19.441.187,01	19.761.156,46	19.626.428,73	19.459.795,22	252.549.012,53	6.928.994,26
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.940.615,83	16.055.343,67	23.705.796,00	18.156.749,92	23.582.087,05	16.326.488,24	16.139.276,14	15.985.237,73	16.277.949,65	16.587.198,45	16.447.815,46	16.304.362,79	211.508.920,93	4.749.699,83
Obrigações Patronais	3.166.649,74	3.172.490,69	6.279.980,25	3.179.627,11	3.138.713,54	3.137.349,50	3.137.391,45	3.156.648,25	3.163.237,36	3.173.958,01	3.178.613,27	3.155.432,43	41.040.091,60	2.179.294,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.862.451,09	5.048.459,81	7.638.914,84	4.994.078,85	7.569.106,06	5.089.331,13	5.067.700,69	5.040.402,98	5.048.338,71	5.045.072,44	5.045.686,91	5.062.060,27	65.511.603,78	23.582.570,20
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.571.313,64	3.747.707,39	5.620.670,78	3.720.587,27	5.595.934,37	3.730.622,62	3.730.622,62	3.706.485,82	3.707.994,37	3.707.994,37	3.708.608,84	3.725.087,56	48.273.629,65	15.411.299,20
Pensões	1.291.137,45	1.300.752,42	2.018.244,06	1.273.491,58	1.973.171,69	1.358.708,51	1.337.078,07	1.333.917,16	1.340.344,34	1.337.078,07	1.337.078,07	1.336.972,71	17.237.974,13	8.171.271,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.862.451,09	5.049.520,63	7.013.626,02	4.745.556,97	7.569.106,06	5.089.331,13	5.121.070,58	5.040.402,98	5.053.300,07	5.045.072,44	5.045.686,91	5.062.060,27	64.697.185,15	24.070.570,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	45.040,53	-	-	-	-	-	45.040,53	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	1.060,82	5.549,30	-	-	-	8.329,36	-	4.961,36	-	-	-	19.900,84	488.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.862.451,09	5.048.459,81	7.008.076,72	4.745.556,97	7.569.106,06	5.089.331,13	5.067.700,69	5.040.402,98	5.048.338,71	5.045.072,44	5.045.686,91	5.062.060,27	64.632.243,78	23.582.570,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.107.265,57	19.226.773,54	30.611.065,07	21.584.898,91	26.720.800,59	19.463.837,74	19.223.297,70	19.141.885,98	19.436.225,65	19.761.156,46	19.626.428,73	19.459.795,22	253.363.431,16	6.440.994,26
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR						% SOBRE A RCL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					1.247.128.736.919,68						-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					259.804.425,42						0,020832			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					547.327.388,77						0,043887			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					519.961.019,33						0,041693			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)					492.594.649,89						0,039498			

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/set/2022 e hora de emissão 14h.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", foram excluídos os valores de R\$ 47.106,30, R\$ 7.584,03 e R\$ 59.324,04 nos meses de fevereiro, maio e julho, respectivamente, pois a competência da despesa pertence ao período de apuração, ou seja, não serão deduzidos neste quadrimestre.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

Rui Moreira de Oliveira
Diretor-Geral

Adaires Aguiar Lima
Secretária de Administração

Érika de Oliveira dos Santos Scozziero
Secretária de Auditoria

Eduardo Demetrio Bechara
Secretário de Planejamento, Orçamento,
Finanças e Contabilidade

Ministro Alexandre de Moraes
Presidente